



Foto: ABEMI/Divulgação

Abiquim realiza novo encontro com o MDIC para tratar da importância do gás natural

### ABIQUIM e MCTI discutem caminhos para o desenvolvimento da Bioeconomia no Brasil

Representantes da ABIQUIM e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) se reuniram na última sexta (03), em Brasília, com o objetivo de discutir ações para a Bioeconomia Sustentável e Circular no Brasil.

Já no início da reunião, o coordenador-geral de Ciência para Bioeconomia do Ministério, Bruno César Prosdocimi Nunes, destacou a importância da indústria química no processo de desenvolvimento da bioeconomia para mercados estratégicos do País, e ressaltou o desejo da pasta em trabalhar conjuntamente com a entidade nesse caminho.

Nunes apresentou o plano de ação em ciência, tecnologia e inovação em bioeconomia, dividido em temas estratégicos com foco na aptidão natural do Brasil para a bioeconomia, levando ainda em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Apesar do trabalho desenvolvido, o coordenador-geral para Bioeconomia do MCTI reconhece que há ainda carência de informações organizadas sobre a bioeconomia no Brasil. Daí, segundo ele, a importância de evoluir uma agenda conjunta para mobilização e engajamento dos diversos atores relevantes na construção desse trabalho; entre eles a própria indústria química.

Nunes citou como pilares para o desenvolvimento da bioeconomia brasileira o uso sustentável de recursos biológicos renováveis e da biodiversidade nacional em substituição às matérias-primas fósseis; ações integradas para o desenvolvimento de bionegócios e bioprodutos, além da segurança hídrica, energética e alimentar; excelência científica e de negócios; e, por fim, o desenvolvimento sustentável e economia circular. O coordenador ainda expôs alguns dos desafios da agenda e apontou caminhos para impulsionar o crescimento da bioeconomia no País, a partir da criação de um plano de longo prazo.

Após ouvir a apresentação do coordenador do MCTI, o presidente-executivo da ABIQUIM, André Passos Cordeiro, ressaltou a profunda sinergia entre o trabalho

desenvolvido pela pasta e a agenda da indústria química brasileira, documento que propõe 4 grandes missões para a prosperidade da economia nacional. São elas: gás natural, bioprodutos, energias renováveis e saneamento. O executivo da ABIQUIM lembrou ainda do papel fundamental da química no desenvolvimento dos mercados de energias renováveis e bioprodutos, do gás natural como energia de transição, e do saneamento e seu grande potencial no avanço da qualidade de vida e saúde da população brasileira. “A indústria química tem a convicção de que, aproveitadas as vantagens comparativas do Brasil, poderá oferecer ao País nos próximos anos resultados promissores como aumento de sua produção industrial, investimentos, renda e arrecadação, maior participação no comércio internacional, além das avanços na sustentabilidade e circularidade de seus produtos”, enfatizou André Passos Cordeiro.

Durante a reunião, a diretora de Economia e Estatística da ABIQUIM, Fátima Giovanna Coviello Ferreira, detalhou as principais perspectivas de mercado a partir das 4 missões da agenda da química, incluindo potencial das matérias-primas renováveis, com oportunidades em etanol, biomassa e óleos vegetais, além da transição energética a partir de hidrogênio verde, biometano e green energy – eólica, hidráulica e solar. Fátima Giovanna finalizou apresentando iniciativas das empresas associadas da ABIQUIM com foco na agenda do setor.

A importância de se ter uma regulação adequada para esse cenário que se aproxima foi lembrada pela ABIQUIM, que foi também representada na ocasião pelo gerente da Área Legal, Ética e Compliance, Yhebert Gouveia Afonso, pela gerente de Regulatórios, Sustentabilidade e Inovação, Camila Hubner, pelo gerente e Relações Institucionais, Marcelo Pimentel, pelo assessor de Inovação, Guilherme de Oliveira Marques, e pela assessora de Relações Institucionais, Lidiane Soares.

Participaram ainda da reunião, pela equipe do Ministério, Eliana Ramos, assistente de Ciência Tecnologia e Inovação; e Dione Santos e Claudia Magalhães, ambas analistas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Fonte: Abiquim

# SIQUIRJ INFORMA

Nº 250

Fev/2023

## Editorial

### Ações em prol do Gás Natural

No último mês, destacamos neste Editorial a mobilização da ABIQUIM junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) para tratar da atenção que o Governo Federal precisa oferecer à Indústria Química, base de diversos segmentos da economia, para que o país possa passar por um necessário processo de reindustrialização, a fim de reduzir a dependência de importações do país.

Dando continuidade a estes movimentos, a Associação, como parte do grupo Coalização pela Competitividade do Gás Natural Matéria-Prima, se reuniu com o Ministro e vice-presidente Geraldo Alckmin, com o propósito de apresentar o atual mercado brasileiro de gás natural e preposições para o aumento da disponibilidade e competitividade do insumo como matéria prima, com ênfase ao desenvolvimento do setor químico e de fertilizantes no Brasil.

Neste encontro, foi reforçada a preocupação com a grande quantidade desperdiçada de gás natural do pré-sal. No momento, há uma reinjeção de 45% do gás nos poços, frente a uma média mundial de 20%. Novamente, esta é uma preocupação recorrente do Siquirj, uma vez que o gás corresponde a um valioso recurso abundante de nosso país e que serve de força motriz não apenas para o desenvolvimento da indústria nacional, mas também para a reindustrialização do Estado do Rio de Janeiro, que abriga um fortíssimo potencial de crescimento econômico, de arrecadação e geração de empregos.

Para tanto, é necessário um planejamento estratégico de aproveitamento deste valioso recurso com agregação de valor. Nas palavras do presidente da Abiquim, André Passos, as quais estão inteiramente alinhadas à visão de longa data do Siquirj, a produção de fertilizantes, etano e até mesmo metanol, ou seja, a destinação do gás natural para a matéria-prima corresponde a um excelente caminho para a consecução deste importante processo.

### Déficit em produtos químicos tem novo recorde, de US\$ 63,4 bi, nos últimos 12 meses

As importações brasileiras de produtos químicos totalizaram US\$ 5,4 bilhões em jan/23, o que representa um aumento de 7,7% em relação ao total de janeiro de 2022, mas uma redução de 2,2% na comparação com dez/22. Em termos de quantidades físicas, desde ago/22, quando foi registrado o teto de 6 milhões de toneladas, os volumes importados seguem recuando mensalmente, sendo que, pela primeira vez, desde jan/22, as importações mensais não superam 4 milhões de toneladas. A alta do valor importado reflete um movimento internacional de elevação de preços, estimulado pela crise energética internacional, em especial do gás, após o advento do conflito entre Rússia e Ucrânia.

Na contramão da tendência de redução dos volumes totais importados, entretanto, uma danosa política de redução tarifária, adotada unilateralmente em um contexto internacional complexo e em momento econômico extremamente inoportuno, fez com que as importações de resinas termoplásticas tivessem um aumento de 25,6% na comparação com jul/22 mês imediatamente anterior ao início dos efeitos de tal equivocada decisão, e de 43,4% em relação ao mês de janeiro de 2022, totalizando praticamente 285 mil toneladas.

Já as exportações, de US\$ 1,2 bilhão, demonstraram estabilidade quando comparadas com jan/22 e um modesto avanço em relação a dezembro. No primeiro mês de 23, o volume de pouco mais do que 1,2 milhão de toneladas sinaliza um aumento de 4% em relação a janeiro de 2022 e de 9,9% na comparação com dezembro passado, mas significativos recuos nas quantidades físicas vendidas ao exterior de produtos químicos de orgânicos (-14,3%) e de resinas termoplásticas (-14,2%).

O resultado da balança comercial para janeiro de 2023 foi de um déficit de praticamente US\$ 4,2 bilhões, acumulando o valor de US\$ 63,4 bilhões nos últimos doze meses (fev/22 a jan/23), respectivamente novos recordes para tais períodos de acompanhamento conjuntural.

Para a Diretora de Economia e Estatística da Abiquim, Fátima Giovanna, 2023 deverá ser um ano decisivo para o setor, de formatação de uma Política de Estado, de longo prazo, de reindustrialização e de competitividade, alicerçada em ampla interlocução com os setores produtivos, avaliação dos impactos econômicos, respeitando as particularidades de cada setor; previsibilidade e segurança jurídica; reciprocidade e respeito às regras fundamentais do Mercosul e da OMC. "O Brasil possui uma janela importante de oportunidades para se reindustrializar com suas vantagens comparativas. Contudo, elas somente se tornarão vantagens competitivas caso haja previsibilidade regulatória e fortalecimento de uma agenda robusta de competitividade, conciliando políticas de estímulo industrial e de comércio exterior, de maneira equilibrada e condicionada às demais entregas de reformas estruturais da economia brasileira,

incorporando medidas objetivas de facilitação de comércio, de garantias normativas ao sistema de defesa comercial e tratando do acesso a mercados para produtos brasileiros via negociação de acordos comerciais estratégicos. A indústria química tem muito a devolver ao Brasil em termos de investimentos, geração de empregos e de renda, que podem elevar o país a outro patamar de desenvolvimento", destaca Fátima Giovanna.

**Fonte:** Abiquim

### Indústrias se reúnem com governadores do Consórcio de Integração Sul e Sudeste para tratar de Reforma Tributária

Na última sexta (03), ocorreu no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, uma reunião de trabalho entre os representantes das indústrias do Sul e Sudeste e os governadores que integram o Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud). A Reforma Tributária foi o principal tema discutido, entre as propostas das federações.

De acordo com dados do Banco Mundial, o PIB do Brasil cresceu, em média, apenas 1,3% ao ano entre 2009 e 2019, enquanto o restante do mundo obteve crescimento médio de 2,8% ao ano no mesmo período. As causas do desempenho da economia brasileira abaixo da média mundial são muitas, mas o tamanho e a complexidade do sistema tributário nacional certamente têm um papel importante.

Responsável por 23,9% do PIB nacional, a indústria responde por 38% da arrecadação dos tributos federais, ICMS e Previdência, com uma carga tributária média de 46,2% do seu faturamento, quase 20% a mais do que a média dos demais setores.

Alta carga tributária no Brasil é um dos principais entraves do nosso crescimento econômico, reduz a competitividade da indústria nacional e prejudica a geração de emprego e renda. "A Reforma Tributária é medida urgente para ampliar a geração de emprego e renda, tornando o Brasil um país mais forte e justo", destacou o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira.

Para termos um setor produtivo pujante, é fundamental a aprovação de uma ampla reforma da tributação que tenha como base o consumo e que assegure simplificação, neutralidade, transparência e isonomia entre os diversos setores da economia.

A simplificação deve ser o principal pilar da Reforma Tributária. A atual complexidade gera um contencioso na ordem de 75% do PIB nacional, e seus efeitos extrapolam a relação contribuinte fisco. No mais, exige um Judiciário sobrecarregado e de alto custo, que onera toda a sociedade brasileira. Por outro lado, estudos apontam que a Reforma Tributária é capaz de gerar um aumento do PIB potencial do Brasil de 20,2% em 15 anos, e de 24% no longo prazo.

Como representantes do setor produtivo, a Firjan entende que a Reforma Tributária com base no consumo deve, necessariamente, passar pela criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em

substituição aos tributos hoje incidentes sobre o consumo (PIS/Cofins, ICMS, ISS), com as seguintes características:

1. alíquotas uniformes para todos os bens e serviços (com exceção aos produtos da cesta básica);
2. base ampla de incidência, englobando todas as operações realizadas, seja com bens tangíveis e intangíveis, serviços e direitos;
3. imposto não deve fazer parte da sua própria base de cálculo;
4. crédito financeiro amplo e imediato, ou seja, tudo o que for adquirido, dá direito a crédito imediatamente;
5. tributação no destino;
6. devolução imediata dos saldos credores;
7. recolhimento centralizado por empresa;
8. uso restrito da sistemática de substituição tributária para poucos bens e indicados em legislação única com validade para todos os estados.

Além disso, é fundamental a criação de um mecanismo limitador da carga tributária para que se garanta que a reforma não trará aumento de tributação, a manutenção do Simples Nacional e a garantia do reconhecimento e o ressarcimento dos saldos tributários acumulados dos tributos extintos, em especial do ICMS, findo o período de transição.

**Fonte:** Firjan

Siquirj

### Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

#### Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20030-070  
Tel.: (21) 2220-8424  
e-mail: [siquirj@siquirj.com.br](mailto:siquirj@siquirj.com.br)  
home page: [www.siquirj.com.br](http://www.siquirj.com.br)

### Diretoria - 2020/2024

#### Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)  
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)  
Nicolau Pires Lages (Secretário)  
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

#### Suplentes

Wagner Luiz Rodrigues de Sá  
Nélio Augusto Manhães Rodrigues  
Roberto Pinho Dias Garcia

#### Conselho Fiscal

#### Efetivos

Ciro Alves  
Angelo José Brazil Ferreira  
Alexandre Fagundes de Mattos

#### Suplentes

Larissa Arias  
Jorge Luiz Cruz Monteiro  
Mauro da Silva Fonseca Júnior  
Delegados Representantes junto à Firjan

#### Efetivos

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira  
Carlos Mariani Bittencourt

#### Suplentes

Isaac Plachta  
Roberto Pinho Dias Garcia